

**CONSULTA****LOCAÇÃO DE VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS
NA MODALIDADE DE *RENTING***

(Fornecimento de Bens e Aquisição de Serviços)

Referência: **CPREV.2025.003.STCPS**

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CADERNO DE ENCARGOS	4
SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
CAPÍTULO I	4
DISPOSIÇÕES GERAIS	4
CLÁUSULA 1. ^a	4
OBJETO	4
CLÁUSULA 2. ^a	4
CONTRATO	4
CLÁUSULA 3. ^a	5
PRAZOS	5
CLÁUSULA 4. ^a	5
LOCAL DE ENTREGA	5
CLÁUSULA 5. ^a	5
PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL	5
CLÁUSULA 6. ^a	6
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAÇÃO	6
CAPÍTULO II	7
OBRIGAÇÕES DAS PARTES	7
CLÁUSULA 7. ^a	7
OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR	7
CLÁUSULA 8. ^a	8
DEVER DE SIGILO	8
CLÁUSULA 9. ^a	9
OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO	9
CLÁUSULA 10. ^a	9
TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	9
CLÁUSULA 11. ^a	11
CAUÇÃO	11
CAPÍTULO III	11
ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	11
CLÁUSULA 12. ^a	11
ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	11
CLÁUSULA 13. ^a	11
CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DO FORNECEDOR	11
CAPÍTULO IV	12
VICISSITUDES CONTRATUAIS	12
CLÁUSULA 14. ^a	12
SANÇÕES CONTRATUAIS	12
CLÁUSULA 15. ^a	12
RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO CONTRAENTE PÚBLICO	12
CLÁUSULA 16. ^a	13
CASOS DE FORÇA MAIOR	13
CLÁUSULA 17. ^a	14
RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DO FORNECEDOR	14
CAPÍTULO V	14
DISPOSIÇÕES FINAIS	14
CLÁUSULA 18. ^a	14
DEVERES DE INFORMAÇÃO	14
CLÁUSULA 19. ^a	14
DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	14
CLÁUSULA 20. ^a	15
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	15
CLÁUSULA 21. ^a	15
CONTAGEM DOS PRAZOS NA FASE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	15
CLÁUSULA 22. ^a	15
SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	15
CLÁUSULA 23. ^a	15
TRANSMISSÃO DE CRÉDITOS	15
CLÁUSULA 24. ^a	16
FORO COMPETENTE	16

CLÁUSULA 25.^a	16
CLÁUSULA 26.^a	17
BENS A ADQUIRIR	17
CLÁUSULA 27.^a	19
CUSTO POR QUILOMETRO	19
CLÁUSULA 28.^a	19
CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS	19
CLÁUSULA 29.^a	20
ENTREGA DOS BENS MÓVEIS	20
CLÁUSULA 30.^a	20
ACEITAÇÃO DOS BENS	20
CLÁUSULA 31.^a	21
GARANTIA TÉCNICA	21



CADERNO DE ENCARGOS**SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS****CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS****Cláusula 1.^a****Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de consulta prévia para o fornecimento de três (3) viaturas ligeiras de passageiros, por recurso à modalidade de *renting* (aluguer operacional) e aquisição de serviços conexos, a fim de integrar a frota operacional da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. (doravante entidade adjudicante ou STCP Serviços), pelo período de 48 (quarenta e oito) meses e até:

- a) 60.000km para a totalidade do prazo, para o Lote 1, de acordo com as especificações técnicas definidas no Caderno de Encargos e respetivo anexo;
- b) 40.000Km/ano para a totalidade do prazo, para o Lote 2, de acordo com as especificações técnicas definidas no Caderno de Encargos e respetivo anexo.

Cláusula 2.^a**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e integrará ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (*a existirem*);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos (*a existirem*);
 - c) O presente Caderno de Encargos e anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Fornecedor (*a existirem*).
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo Contraente Público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo Fornecedor nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

4. Além dos documentos indicados no n.º 1, o Fornecedor obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
5. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o cocontratante deve:
 - a. Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à STCP Serviços e aceitar as decisões que esta tomar;
 - b. Se as dúvidas ocorrerem após o início da execução do contrato, o cocontratante deve formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso.
6. A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número precedente torna o cocontratante responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.
7. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.
8. O contrato a celebrar reveste a natureza de contrato administrativo e está sujeito ao regime substantivo estabelecido na Parte III do CCP.

Cláusula 3.ª

Prazos

1. O contrato de fornecimento/disponibilização dos bens objeto do procedimento é de **60 dias** de calendário, a contados da data de assinatura do contrato.
2. O início da contagem do prazo previsto no número anterior ocorre a partir do dia seguinte à data da última assinatura aposta no contrato e vigora até ao termo do prazo referido no número anterior ou até que se esgote a verba contratada se em data anterior.
3. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, este manter-se-á em vigor pelo prazo máximo de **48 meses** contados da data de entrega de cada uma das viaturas.

Cláusula 4.ª

Local de entrega

1. O fornecimento dos bens terá lugar nas instalações que venham a ser definidas pelo Contraente Público na secção II do presente caderno de encargos.
2. As horas de trabalho para cujo cumprimento seja imprescindível a presença de colaboradores do Contraente Público só poderão ser cumpridas em dias úteis, das 9:00 horas às 18:00 horas.

Cláusula 5.ª

Preço base e preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público, a STCP Serviços, pagará ao

Fornecedor/Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, quando este for legalmente devido.

2. O preço base entendido como preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pelo presente procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, é de **81.600,00€ (oitenta e um mil e seiscentos euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, decomposto, por lote, do seguinte modo:
 - a) Lote 1: 56.640,00€;
 - b) Lote 2: 24.960,00€.
3. Os preços unitários estão fixados na secção II - Cláusulas Técnicas e Funcionais do presente Caderno de Encargos.
4. O preço previsto no n.º 2 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
5. O Contraente Público obriga-se a pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com as notas de encomenda a emitir.
6. O preço constante na proposta não será revisto durante a vigência do contrato.

Cláusula 6.ª

Condições de pagamento e faturação

1. A emissão das faturas eletrónicas pelo fornecedor deverá ser feita após a entrega/disponibilização dos bens e será paga por transferência bancária.
2. As quantias devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção da devida fatura e deverá observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP e legislação conexas, devendo da mesma constar o máximo dos seguintes elementos: a referência do contrato, o número de compromisso, os números das notas de encomenda, ou outro documento equivalente, e das guias de remessa a que dizem respeito.
3. As faturas eletrónicas a emitir pelo fornecedor deverão ser enviadas para o portal de receção de documentos em formato eletrónico Cegid YET, no formato CIUS-PT.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as faturas poderão ser enviadas pelo adjudicatário à STCP Serviços preferencialmente para o endereço eletrónico financas@stcpservicos.pt ou por via postal para a Avenida Fernão Magalhães, 1852, 9.º, 4350-152 Porto.
5. Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.
7. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de

pagamento.

8. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.
9. A STCP Serviços reserva-se no direito de não aprovar as faturas apresentadas que não respeitem o contrato ou os termos da proposta adjudicada.
10. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1 anterior, as faturas são pagas através de transferência bancária para o IBAN indicado pelo adjudicatário para o efeito.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 7.^a

Obrigações gerais do Fornecedor

1. Nos termos do contrato a celebrar, o Fornecedor obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) Fornecer os bens em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
 - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais e ambientais exigidos para os bens a fornecer, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
 - c) Garantir os bens fornecidos, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
 - d) Proceder à entrega e/ou disponibilização dos bens nos locais e prazos previstos no presente Caderno de Encargos ou proposta adjudicada;
 - e) Assegurar a reparação ou a substituição dos bens, de acordo com as condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
 - f) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato;
 - g) Comunicar ao Contraente Público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - h) Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo Contraente

Público;

- j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
 - k) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
 - l) Cooperar com o Contraente Público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Fornecedor em representação do Contraente Público;
 - ii. Quando o Contraente Público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.
3. O adjudicatário deve garantir o cumprimento da legislação aplicável em matéria laboral durante a execução do contrato.
 4. É da responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato a celebrar.
 5. O disposto no número anterior aplica-se, ainda, à obtenção de quaisquer autorizações e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre a entidade adjudicante no âmbito do contrato a celebrar.

Cláusula 8.^a

Dever de sigilo

1. O Fornecedor obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
2. O Fornecedor obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O Fornecedor obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo,

em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.

6. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do contraente público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
7. O Fornecedor não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do Contraente Público sem o consentimento prévio deste.

Cláusula 9.^a

Obrigações do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o Contraente Público obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo.
2. Constituem ainda obrigações do Contraente Público:
 - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o Fornecedor, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
 - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
 - c) Monitorizar a quantidade e qualidade dos bens fornecidos;
 - d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
 - e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
 - f) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

Cláusula 10.^a

Tratamento e Proteção de Dados Pessoais

1. O Fornecedor compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;

- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado;
 - d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
 - e) Prestar ao Contraente Público toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
 - f) Manter o Contraente Público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Fornecedor, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Fornecedor e o referido colaborador;
 - h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
 - j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
 - k) Prestar a assistência necessária ao Contraente Público no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
 - l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33º do RGPD.
2. O Fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.
3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4º do RGPD.

4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Fornecedor é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, o Contraente Público.
5. O Fornecedor deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.
6. Para os devidos efeitos, divulga-se o contacto do Encarregado de Proteção de Dados do Contraente Público: dpo@stcpservicos.pt.

Cláusula 11.^a

Caução

O Fornecedor está dispensado de prestar caução nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 88.º n.º 2 alínea a) do CCP.

CAPÍTULO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 12.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo(s) gestor(es) do contrato designado(s) pelo Contraente Público, a identificar no contrato.
2. Caso o(s) gestor(es) do contrato detete(m) desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, pode(m) determinar ao Fornecedor que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

Cláusula 13.^a

Cessão da posição contratual do fornecedor

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o fornecedor pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Fornecedor deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do Fornecedor no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo Fornecedor que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pelo Contraente Público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do

Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

CAPÍTULO IV

VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula 14.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações emergentes do Contrato, e por causa imputável ao Fornecedor, poderão ser aplicadas as seguintes sanções contratuais nos seguintes casos:
 - a) Pelo incumprimento do prazo de entrega estipulado na cláusula 3.^a, por causa imputável ao Fornecedor, o Contraente Público pode, em caso de não entrega de algum ou alguns dos bens, aplicar uma sanção de 10% (dez por extenso) do valor de cada bem não entregue por cada dia de atraso;
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
3. Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do Fornecedor, o Contraente Público, pode exigir-lhe uma sanção contratual de até aos limites indicados no número anterior.
4. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
5. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato ou danos excedentes.

Cláusula 15.º

Resolução do contrato pelo Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, superior a 60 dias no fornecimento dos bens objeto do contrato ou o Fornecedor declarar por escrito que o atraso na entrega excederá esse prazo.

2. O contrato pode também ser resolvido pelo Contraente Público caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do Fornecedor:
 - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do fornecedor;
 - b) Prestação de falsas declarações;
 - c) Estado de falência ou insolvência;
 - d) Cessaçãõ da atividade;
 - e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do Fornecedor e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao Fornecedor e não implica/ implica (*consoante o caso*) a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Contraente Público.

Cláusula 16.^a

Casos de Força Maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de

- segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
 5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o Fornecedor direito a qualquer indemnização.

Cláusula 17.^a

Resolução do Contrato por parte do Fornecedor

1. O Fornecedor pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18.^a

Deveres de Informação

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

Cláusula 19.^a

Direitos de propriedade intelectual

1. Correm integralmente por conta do Fornecedor os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos bens objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos bens, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se o Contraente Público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos bens objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá

direito de regresso contra o Fornecedor por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

3. São da responsabilidade do Fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Fornecedor se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao Contraente Público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

Cláusula 20.^a

Comunicações e notificações

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre o Contraente Público e o Fornecedor relativos ao contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. As comunicações e as notificações dirigidas ao Contraente Público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

Cláusula 21.^a

Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 22.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor de bens e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende de autorização da outra, nos termos dos artigos 316º e seguintes do CCP.

Cláusula 23.^a

Transmissão de créditos

É expressamente vedada a transmissão de créditos do adjudicatário para entidade terceira, abrangendo a presente cláusula qualquer modalidade que seja proposta, designadamente cessão de créditos ou de factoring, salvo prévia autorização escrita da STCP Serviços.

Cláusula 24.^a**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal da Comarca do Porto, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 25.^a**Legislação aplicável**

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.



SECÇÃO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS

Cláusula 26.^a

Bens a adquirir

1. O procedimento tem por objeto o aluguer operacional de veículos automóveis ligeiros, de acordo com as especificações técnicas a que se reporta o presente caderno, incluindo o respetivo seguro, gestão de sinistros, impostos, transferência de equipamento para veículos especiais e manutenção dos veículos alugados, bem como todas as despesas e encargos necessários à execução do contrato, sendo constituído pelas tipologias de Veículos Elétricos que o integram.
2. Entende-se por aluguer operacional de veículos, para efeitos do presente procedimento, a cedência dos veículos automóveis para uso pela entidade adjudicante do agrupamento, incluindo seguro, gestão de sinistros, impostos, transferência de equipamento para veículos especiais, manutenção e reparação dos veículos alugados, bem como todas as despesas e encargos necessários à execução do contrato.
3. Para o **Lote 1** pretende-se adquirir 2 (duas) viaturas ligeiras de passageiros, híbridas a gasolina (*plug-in hybrid* ou híbridos autocarregáveis), de perfil familiar (segmento B) ou cross-over (segmento B-SUV), com as seguintes características cumulativas (**sob pena de exclusão da proposta**):
 - a) 5 lugares;
 - b) 4 ou 5 portas;
 - c) Sensores traseiros de estacionamento;
 - d) Alerta de angulo “morto”;
 - e) Bluetooth;
 - f) Ar condicionado;
 - g) Cor dos 2 veículos: Gama de cinzentos, sendo admissível preto ou branco;
 - h) Emissões combinadas CO₂: de 96 a 116 g/Km, de acordo com a Diretiva EU 1999/94 (ciclo combinado WLTP);
 - i) Caixa de velocidades automática.
4. Para o **Lote 2**, pretende-se adquirir 1 (uma) viatura ligeira de passageiros, zero emissões (VZE¹), de perfil familiar (segmento B) ou cross-over (segmento B-SUV), com as seguintes características cumulativas (**sob pena de exclusão da proposta**):
 - a) 5 lugares;
 - b) 4 ou 5 portas;
 - c) Sensores traseiros de estacionamento;
 - d) Alerta de angulo “morto”;
 - e) Bluetooth;
 - f) Ar condicionado;
 - g) Cor dos 2 veículos: Gama de cinzentos, sendo admissível preto ou branco;
 - h) Elétrico (sem aluguer de baterias);

¹ VZE - Veículo Zero Emissões que não emite quaisquer gases com efeitos de estufa ou nocivos para a saúde humana, durante o seu funcionamento.

- i) Capacidade útil da viatura: 50 kWh;
- j) Consumo de eletricidade: de 15,0 a 16,2 kWh/100Km.

5. Serviços conexos (cumulativos, sob pena de exclusão da proposta):

- a) Seguro com cobertura de Responsabilidade Civil, incluindo ocupantes e danos próprios, válido em Portugal e na Europa;
 - o - Responsabilidade Civil €50.000.000;
 - o - Franquia danos próprios de 2%;
 - o - Ocupantes 25.000/2.500;
 - o - Garantia Financeira;
 - o - Quebra isolada de vidros;
 - o - Furto ou roubo;
 - o - Assistência em Viagem 24h;
 - o - O valor do prémio de seguro é englobado no valor a pagar mensalmente pelo aluguer dos veículos;
- b) Manutenções preventivas, respeitando as indicações dos fabricantes, bem como as inspeções técnicas obrigatórias;
- c) Manutenções corretivas resultantes de avarias ou desgaste do automóvel;
- d) IUC (Imposto Único de Circulação);
- e) Viatura de substituição de segmento igual segmento (condicionada pela oferta no mercado Rent-a-car, podendo ser inferior ou superior ou ainda a combustão, desde que devidamente justificado);
- f) No que concerne ao serviço de viatura de substituição, este serviço deverá ser assegurado nas ocorrências, período e local abaixo indicados:
 - o Manutenção/revisão: até 2 dias
 - o Avarias: até 15 dias
 - o Sinistros: até 30 dias
 - o Roubo: até 60 dias
 - o Local de levantamento\entrega (VS): Oficina

6. O incumprimento de qualquer um dos critérios enumerados nos pontos 3 ou 4 será motivo de exclusão da proposta.

- a) O equipamento deverá ser acompanhado de documentação técnica em português e certificação conforme normas da União Europeia;
- b) O Fornecedor obriga-se a entregar ao Contraente Público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nesta secção.

- 7.** Estima-se que cada um dos veículos híbridos a gasolina percorra em média, ao longo dos 48 (quarenta e oito) meses de duração do aluguer, aproximadamente 60.000 (sessenta mil) quilómetros (km).
- 8.** Estima-se que o veículo EV percorra em média, ao longo dos 48 (quarenta e oito) meses de duração do aluguer, aproximadamente 40.000 (quarenta mil) quilómetros (km).
- 9.** No final do aluguer operacional é determinada a quilometragem efetiva da totalidade dos veículos objeto do procedimento e em relação a cada um deles serão verificados os desvios para mais ou para menos de

quilómetros efetivamente percorridos em relação à estimativa prevista no número anterior.

10. Se, no final do aluguer, se verificar que a quilometragem efetivamente percorrida por cada um dos veículos, ultrapassou o número de quilómetros estimado, a entidade adjudicante pagará ao adjudicatário um acréscimo remuneratório de valor correspondente ao número de quilómetros percorridos a mais pela respetiva tipologia, na base do custo por quilómetro referido na cláusula seguinte.
11. Verificando-se que a quilometragem efetivamente percorrida por cada um dos veículos é inferior ao estimado, o adjudicatário pagará à entidade adjudicante o montante correspondente ao número de quilómetros percorridos a menos, na base do custo por quilómetro referido na cláusula seguinte.
12. Relativamente a eventual caracterização da(s) viatura(s), caso necessária, a instalação e remoção ficam a cargo da entidade adjudicante.
13. Após termino do contrato e aquando da devolução das viaturas, as mesmas serão entregues em local indicado pelo adjudicatário, desde que na área geográfica do Grande Porto.
14. No final do(s) contrato(s), aquando da devolução da(s) viatura(s), esta(s) será(ão) devolvida(s) com grau de deterioração considerado razoável, ajustado em função da idade e quilometragem da(s) viatura(s).

Cláusula 27.^a

Custo por quilómetro

1. Para efeitos do disposto nos números 8 e 9 da cláusula anterior, o custo por quilómetro será o mesmo para todos os veículos.
2. O valor máximo do custo por quilómetro é de:
 - a. 0,05845 €.
3. O disposto nos números 8 e 9 só terá aplicação se, verificados os desvios a que se reporta o n.º 7 estes forem superiores em 25% para mais ou para menos ao número de quilómetros estimados.
4. O valor do suplemento ou dedução por quilómetro será multiplicado pela diferença entre os quilómetros faturados e percorridos, originando um crédito se estes forem inferiores àqueles e um débito se acontecer o inverso.
5. No caso de o diferencial entre quilómetros faturados e percorridos ser superior a 25%, haja lugar aos seguintes ajustamentos:
 - a. Se os quilómetros percorridos forem superiores em 20% ou mais aos faturados, o custo do suplemento por quilómetro a mais é agravado em 45%;
 - b. Se os quilómetros percorridos forem inferiores em 25% ou mais aos faturados, haverá lugar à devolução de 25% dos quilómetros faturados.

Cláusula 28.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

2. Os bens objeto do contrato bem como as respetivas peças, componentes ou equipamentos têm de ser novos.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Fornecedor é responsável perante o Contraente Público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam quando os bens lhe são entregues.

Cláusula 29.^a

Entrega dos bens móveis

1. O(s) fornecimento(s) é (são) realizado(s) na sequência de notas de encomenda, ou outro documento equivalente, remetidas pela Contraente Público, via correio eletrónico.
2. Rececionada a nota de encomenda, ou outro documento equivalente, os bens serão entregues na sede da Entidade Adjudicante, no prazo máximo de 60 dias, nas seguintes condições:
 - a) Em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis;
 - b) Com todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização, funcionamento ou consumo daqueles;
 - c) Com toda a documentação legal necessária à sua circulação.
3. A entrega dos bens é sempre acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Guia de remessa da qual deve constar, designadamente:
 - i. A data de entrega;
 - ii. Identificação do Fornecedor;
 - iii. Identificação do Contraente Público;
 - iv. Local de entrega;
 - v. Data do pedido e número da encomenda emitida ou outro documento equivalente;
 - vi. Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
 - vii. Indicação e quantidade dos bens;
 - viii. Número de série de cada bem, se aplicável.
4. A cópia da guia de remessa, assinada pelo Contraente Público, fica na posse do Fornecedor, constituindo prova bastante da entrega dos bens.
5. A assinatura da guia de remessa pelo Contraente Público não implica a aceitação de eventuais discrepâncias dos bens com as características previstas no presente Caderno de Encargos.
6. O risco nas fases de acondicionamento, transporte, embalagem, carga e descarga da entrega, é da exclusiva responsabilidade do Fornecedor.
7. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do Fornecedor.

Cláusula 30.^a

Aceitação dos bens

1. Após o ato de entrega e/ou instalação dos bens, o Contraente Público dispõe de um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para proceder à verificação quantitativa e qualitativa dos bens, efetuando testes e aferindo eventuais irregularidades ou a existência de defeitos de fabrico, transporte ou montagem.
2. O Contraente Público deve transmitir ao Fornecedor todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no n.º 1 desta cláusula, sem que tenha sido comunicada a rejeição dos bens, considera-se que há lugar à aceitação definitiva dos mesmos.
3. Caso haja lugar à rejeição dos bens, será da responsabilidade do Fornecedor a retificação das anomalias detetadas, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
4. Em caso de rejeição dos bens, o Fornecedor dispõe de um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para proceder à substituição dos bens rejeitados.
5. Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a rejeição dos bens, o Fornecedor dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.
6. Todos os encargos com a devolução e a substituição dos bens rejeitados são da exclusiva responsabilidade do Fornecedor.
7. A rejeição dos bens disponibilizados nos termos da presente cláusula não confere ao Fornecedor o direito a qualquer indemnização.
8. A rejeição dos bens por parte do Contraente Público pode conferir-lhe o direito a ser indemnizado, pelos custos incorridos e prejuízos comprovadamente sofridos.

Cláusula 31.^a

Garantia técnica

1. O Fornecedor deve garantir os bens fornecidos contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas, nos termos do disposto no CCP e demais legislação que disciplina os aspetos relativos à aquisição de bens móveis de consumo.
2. O prazo de vigência da garantia conta-se a partir da data de aceitação definitiva dos bens.

